

DIAGNÓSTICO DOS ASSENTAMENTOS FEDERAIS NA REGIÃO LESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO: APRESENTANDO RESULTADOS DE PESQUISA¹

Henrique Carmona Duval
Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante
Thauana Paiva de Souza Gomes
Daniel Tadeu do Amaral
César Giordiano Gêmero
Daniele Torres Aro
Ana Flávia Flores
Silvani Silva
Oscar Frederico Accioly Landamann

Resumo: Esta comunicação tem por finalidade expor resultados de uma pesquisa realizada pelo NUPEDOR junto ao INCRA-SP, cujos objetivos foram a realização de pesquisa de campo nos assentamentos para análise de sua inserção na economia local e da recepção, implementação e execução das políticas públicas realizadas pelo INCRA-SP, no sentido indicar parâmetros para aumentar sua eficiência e eficácia. A metodologia empregada foi o trabalho de campo, aplicação de um questionário semi-estruturado, registros em diários de campo, entrevistas com lideranças produtivas e políticas dos assentamentos, bem como com gestores municipais, técnicos e coordenadores da assistência técnica. O grupo constituiu também um acervo fotográfico dos assentamentos visitados. A amostragem dos assentamentos foi delimitada a partir do tempo de existência, número de famílias e modalidade (PA ou PDS), e cobriu um total de 55% dos beneficiários em assentamentos federais no estado de São Paulo. Serão apresentados dados sobre a luta pela terra e a origem das famílias, organização interna, infraestrutura, sistemas produtivos, comercialização e políticas públicas. Os resultados apontam contradições entre as dificuldades em termos de infraestrutura e questões ambientais, ao passo que a abertura de mercados institucionais e outras políticas de comercialização vêm ganhando notável importância na vida das famílias assentadas.

Palavras-Chave: Assentamentos Rurais, Diagnóstico Regional, Políticas Públicas, Desenvolvimento Rural.

Introdução

A região da Grande São Paulo, delimitada pelo INCRA, destaca-se pela vasta extensão territorial e pela heterogeneidade dos assentamentos. Por isso, subdividimos a região em três, conforme quadro a seguir. No presente relatório, descrevemos as condições mais gerais de constituição dos assentamentos visitados e, após, condições mais específicas das regiões e dos projetos de assentamentos, com foco na organização, infra-estrutura, políticas públicas e estratégias ao desenvolvimento.

¹ Trabalho realizado pelo Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (NUPEDOR/UNIARA).

Quadro 1 – Subdivisão da região da Grande São Paulo.

Região	Município	Assentamento
Vale do Ribeira	Apiáí	PDS Luis de Macedo
	Itapetininga	Vinte e Três de maio
Vale do Paraíba	Biritiba Mirim	Sítio Casa Grande
	São José dos Campos	Nova Esperança I
	Tremembé	Fazenda Conquista
Americana / Cajamar	Americana	PDS Comuna da Terra Milton Santos
	Cajamar	PDS São Luiz

Os assentamentos da região Grande São Paulo também são diferenciados quanto à data de criação, número de famílias e o tamanho médio dos lotes², conforme o quadro a seguir.

Quadro 2 – Assentamentos novos e antigos da região Grande São Paulo

ASSENTAMENTOS NOVOS				
Município	Assentamento	Criação	Famílias	Tamanho médio do lote
Americana	PDS Comuna da Terra Milton Santos	11/07/06	85	2 ha
Cajamar	PDS São Luiz	27/07/06	37	0,5 ha
Biritiba Mirim	PA Sítio Casa Grande	19/12/06	48	4,5 ha
Itapetininga	PA 23 de Maio	4/12/07	46	7 ha
Apiáí	PDS Professor Luiz de David Macedo	27/07/06	86	6 ha
ASSENTAMENTOS ANTIGOS				
Tremembé	PA Tremembé	24/04/95	97	9 ha

² O tamanho do lote refere-se a uma média, pois há assentamentos com grande diferença, por exemplo o de Apiáí, que tem lotes que vão de 3,5 ha, outros com 6 ou 7 ha e outros ainda com 10 ha.

São José dos Campos	PA Nova Esperança I	05/11/01	63	5 ha
TOTAL			452	

Segundo os técnicos entrevistados, o processo de seleção das famílias é amparado legalmente pelas normas específicas do INCRA. A prioridade de assentamento das famílias acampadas para solução de conflitos locais foi levada em conta em todos os casos. Houve participação do MST e das famílias acampadas organizadas.

Também segundo os técnicos, o planejamento dos assentamentos e ocupação das áreas após a seleção das famílias contou com a participação das famílias e do MST junto com o INCRA. Vale destacar que há dois tipos de assentamentos na região: o PA e o PDS, cujas principais diferenças situam-se nos Termos de Ajuste de Conduta (TAC) assinados pelos assentados em um e outro caso.

A origem social das famílias, as lutas pela terra, a atuação dos movimentos sociais e o uso anterior da terra

O MST é o movimento mais ativo na região da grande São Paulo, responsável pela mobilização dos trabalhadores e pela implementação de todos os assentamentos pesquisados, porém em épocas distintas.

Nos assentamentos mais antigos a organização da luta tem grande influência do MST. No assentamento Tremembé a luta pela terra se inicia com 800 famílias vindas da região de Campinas que fizeram ocupações na região de Andradina, onde 500 famílias foram assentadas. As 300 famílias não assentadas da região do Vale do Paraíba ficaram sabendo das terras da Petrobrás na região de Tremembé que iriam ser loteadas e resolveram voltar e lutar pela conquista de um pedaço de terra na região. Hoje por questões políticas e ideológicas, houve o rompimento com o MST e apenas 4 famílias ainda fazem parte do movimento, no assentamento São José dos Campos.

O processo de luta no assentamento Nova Esperança também pertence ao histórico vínculo com o MST. O movimento social que articulou a ocupação dos trabalhadores iniciou sua empreitada pela conquista do assentamento Nova Conquista em Tremembé. Uma área foi emprestada ao MST para que eles pudessem juntar mais famílias e organizar a luta no Vale do Paraíba. Após três meses conseguiram que mais famílias aderissem ao movimento e no dia 23 de Fevereiro de 1998 ocuparam a fazenda

Sapucaí em Pindamonhangaba, permaneceram sete dias até que a reintegração de posse foi expedida. Os militantes, então, ocuparam a Rodovia Presidente Dutra, onde permaneceram por cinco meses. As dificuldades eram muitas, mas, após os cinco meses morando na beira da rodovia por orientação do movimento. No dia 16 de Setembro de 1998, 180 famílias, ocuparam a Fazenda Santa Rita, após 1 ano acampados o dono da fazenda conseguiu a reintegração de posse, e as famílias foram para fazenda vizinha (Santa Clara). No final do ano de 2001 foi feita a aquisição da fazenda Santa Rita pelo INCRA e as famílias puderam voltar, no início de 2002 foi homologado o assentamento Nova Esperança I.

Por outro lado, os assentados da região do Vale do Paraíba contam também com outro tipo de formação política: os assentados têm passagens pelos grandes centros urbanos, normalmente trabalhavam em metalúrgicas e eram ligados a sindicatos com características marcantes de luta pela melhoria das condições de vida, pensavam na construção de uma coletividade. Após se vincularem ao MST, se identificaram com a filosofia do movimento e passaram a ser militantes da reforma agrária. Diferentemente, em Biritiba Mirim, os assentados já ocupam o local há mais de 30 anos, na condição de arrendatários.

Na região do Vale do Ribeira, a maioria das pessoas passou pelo município de Itapeva, onde o MST tem um escritório regional, com centro de formação e uma escola agroecológica, rádio comunitária, a cooperativa Coapri e vários outros projetos (energias alternativas, oleaginosas etc.).

No entanto, já na situação de assentamentos, a organização interna é marcada por rupturas de grupos que desistem de participar do MST e fundam associações e cooperativas produtivas – além de outros grupos sem vínculos formais, como de amizade, parentesco, de mulheres etc. – a fim de fortalecer a produção e a comercialização, bem como garantir o espaço conquistado. Com isso, criam novos espaços de autonomia para as famílias assentadas em relação ao movimento. Por outro lado, relatam que há investidas do movimento contra aqueles dissidentes. Essa realidade aparentemente só é contrariada no caso dos assentamentos de Cajamar e Americana.

A região do Vale do Ribeira (Apiá e Itapetininga)

As famílias do PA Ipanema (Iperó) e do PA Carlos Lamarca (Itapetininga), assentamentos de origem mais antiga assistida, foram criados na década de 90,

momento em que a bandeira do movimento defendia a reforma agrária distributiva orientada pela produção. Localizado na mesma região, o PA 23 de maio (Itapetininga) foi criado no ano de 2007, porém, a origem das famílias, em sua maioria filhos de assentados no município de Itapeva, talvez explique a semelhança no que diz respeito à ocupação e produção no PA. Antes desses três Pa(s) serem decretados, as áreas eram ocupadas por pasto e eucalipto (PA Carlos Lamarca), excetuando o PA Ipanema, área da União, as outras áreas eram de particulares.

A tendência da região é a expansão das fazendas com monoculturas de pinus e/ou eucalipto e o avanço do agronegócio de papel e celulose. Principalmente em Itapetininga, existem vastas extensões de terra com essas monoculturas e em todo entorno dos lotes do assentamento visitado.



Entorno do assentamento 23 de Maio com eucalipto.

Já o assentamento de Apiaí, embora inserido numa região com tal influência da estrutura fundiária, localiza-se numa zona de amortecimento entre dois Parques de Preservação (Parque Estadual Intervales e Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira – PETAR). Segundo os assentados, quando da ocupação da terra pelo assentamento, a fazenda estava degradada. Antes do assentamento, a fazenda era explorada por madeireiros que retiravam cedro e outras madeiras de lei. Com a falência da madeireira, a fazenda passou para o Banco Sudameris. Este vendeu as terras para uma mineradora, que criava 1.500 cabeças de búfalo. Só depois do assentamento, a mata atlântica foi se regenerando, o que lhe dá um grande potencial turístico ecológico. A região também é forte no cultivo de tomate (atividade agrícola que garante renda aos pequenos produtores). Mas como se trata de um cultivo muito intensivo em insumos químicos, não compatibiliza com as práticas agrícolas normalmente adotadas pelos assentados,

especialmente no assentamento de Apiaí que é PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável) e possui normas específicas de exploração agrícola que impedem o uso de agrotóxicos.



Vista de uma estrada vicinal do assentamento, com mata já regenerada.

As famílias assentadas no PA 23 de Maio (Itapetininga) são oriundas, em sua maioria, dos assentamentos de Itapeva, eram agregados que com o aumento das famílias de origem se mobilizaram junto com o MST para a conquista de outra área.

A área do PA Ipanema (Iperó) decretada em 1995 foi ocupada por cerca de 700 famílias, quase 3.000 pessoas, em maio de 1992, época em que foi criada a Floresta Nacional de Ipanema (hoje sob gerência do ICM/Bio). A relação conflituosa com a administração da Floresta Nacional, verificada desde o início da criação do assentamento, que ocorreu devido à ocupação deste grande número de famílias, foi amenizada após assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre os órgãos INCRA e ICM/Bio, acompanhado pela AGU, no ano de 2010. Este acordo visa a transição agroecológica da produção neste assentamento para solução da questão fundiária na área, visto que o PA está situado na zona de amortecimento da unidade.

O PA Carlos Lamarca (Itapetininga), decretado em 1999, também é fruto da mesma mobilização por reforma agrária ocorrida na região metropolitana de Sorocaba nos anos 90. Estas famílias ficaram acampadas em vários municípios da região até a criação do assentamento.

Vale do Paraíba (Biritiba Mirim, São José dos Campos e Tremembé)

Região em que predomina produção de hortas para abastecimento da capital e do ABC. Principalmente mais perto desses centros urbanos (Biritiba), onde no caminho para o assentamento pudemos ver inúmeras hortas grandes, algumas voltadas ao mercado de orgânicos (pequenos e médios produtores inseridos nas grandes redes de varejo, como Pão de Açúcar).



Hortas de alta produtividade para atender os grandes mercados de varejo

Para a prefeitura de São José dos Campos, a área em que o assentamento está inserida é considerada macrozona de expansão urbana (Zona de Chácaras de Recreio, ZCHR). Na entrada do assentamento e fazendo divisa com os primeiros lotes existe um condomínio (Colinas do Parahyba), de casas de luxo, o muro que cerca toda sua extensão está pronto e algumas casas já estão construídas. Seus donos são geralmente pessoas da cidade de São José dos Campos que moram em prédios no centro e estão construindo mansões no condomínio afastado da cidade para passarem os finais de semana. O asfalto vai até a portaria do condomínio, depois começa o assentamento e a estrada de terra.

Por outro lado, a região também é marcada pela presença de fazendas produtoras de gado de corte com grande aporte tecnológico e que participam de programas de melhoramento genético (PAINT), focado principalmente o melhoramento genético de animais alimentados a base de pasto.



Vista da divisa do assentamento e do condomínio e a frente do condomínio, onde a estrada ainda é asfaltada.



Vista do entorno do assentamento com pasto.

Região Cajamar e Americana (Eixo Anhanguera)

Nesta região predomina o eucalipto e as indústrias de papel e celulose em Cajamar e, em Americana, predomina a cana e um parque industrial mais diversificado.

Após um panorama geral sobre esta região, abrangendo também aspectos do assentamento de Limeira, como exemplificação da luta pela terra e dos desdobramentos deste complexo processo, vamos nos deter um pouco no aprofundamento da situação do assentamento de Cajamar.

Os Projetos de Desenvolvimento Sustentável São Luiz (Cajamar), Milton Santos (Americana) e Elizabeth Teixeira (Limeira) são frutos da luta do MST travadas nos anos 2000, momento em que agrupa-se, com bastante ênfase, à bandeira da reforma agrária a questão ambiental e a recuperação das terras públicas. Esses assentamentos possuem muitas semelhanças, entre elas a proximidade dos grandes centros urbanos. As áreas

eram ocupadas por pasto e eucalipto (São Luiz e Elizabeth Teixeira) e cana e soja (Milton Santos). O PDS São Luiz foi objeto de compra através do Decreto 433/92, o Milton Santos pertencia ao INSS e foi cedido ao INCRA para solucionar conflito na região e, o Elizabeth Teixeira, área da União, ainda é objeto de disputa judicial entre a União/INCRA e a prefeitura do município de Limeira

A origem das famílias desses assentamentos é essencialmente urbana. O trabalho de base do MST foi realizado nos municípios de São Paulo, Campinas e entorno em épocas distintas. Dessa forma, a maioria dos beneficiários realizaram e ainda realizam esporadicamente (São Luiz, Milton Santos e Elizabeth Teixeira) trabalhos relacionados à construção civil, cozinha entre outras atividades nos municípios vizinhos.

O PDS Milton Santos (Americana) foi criado em 2006, após sucessivos despejos na grande Campinas, região caracterizada pela grande especulação imobiliária, em dezembro de 2005 as famílias foram para área com autorização do INCRA.

As famílias do PDS São Luiz também foram assentadas no ano de 2006, também após diversos despejos na região metropolitana de São Paulo a área da fazenda foi adquirida pelo INCRA através do Decreto 433/92.

O Horto Florestal Tatu, município de Limeira ainda é objeto de disputa judicial. A criação do assentamento está suspensa por conta do Mandado de Segurança impetrado pela prefeitura do município no STJ. As famílias, já passaram pelo processo de seleção e encontram-se numa área limitada pela justiça federal de Piracicaba (100 ha) dentro do horto aguardando solução litigiosa.

Os PDS (s) Milton Santos e São Luiz possuem áreas reduzidas. No momento de criação destes assentamentos o modelo institucional – PDS – foi adotado em concordância com as reivindicações e denúncias (ambientais) das famílias organizadas, sendo também, semelhante ao projeto “Comuna da Terra” do MST. No decorrer da permanência das famílias, a disposição coletiva foi alterada, os beneficiários resolveram dividir as parcelas individualmente, ou seja, cada família ficou com seu lote de 1 ha, aproximadamente. Ainda existem áreas de produção coletiva nos dois assentamentos, porém a equipe relatou dificuldade em dimensionar este trabalho em grupo. Como já apontado, o PDS Elizabeth Teixeira encontra-se suspenso.

A Luta pela Terra em Cajamar

Desde 2004, aproximadamente 40 (quarenta) famílias lutavam por terra, moradia e trabalho na região de Cajamar (antes chegavam a duzentas, permanecendo em 2006 apenas quarenta), sofrendo todas as dificuldades resultantes da vida em um acampamento.

As adversidades incluíam, além da falta de água, de luz e de alimentação, o frio de quase 5 graus de madrugada (devido à moradia precária nos barracos de lona), a violência simbólica do preconceito por parte da sociedade local e a violência física, quando sofreram diversos despejos.

A violência simbólica do preconceito que esta população sofreu e, que ainda sofre relativamente, pode ser comprovada pela forma como os serviços público e privado da região atendiam os sem-terra. Ainda durante a ocupação das áreas a pesquisa realizada por Lucila Fernandes, da USP³, constatou o seguinte:

*“Diante do contexto das mudanças no âmbito social, propôs-se um estudo de acesso aos serviços de saúde com as mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que sabidamente encontram dificuldades, inclusive a realidade da não fixação de suas moradias. Objetivo: Verificar o acesso de mulheres trabalhadoras rurais sem terra aos serviços de pré-natal no âmbito da atenção básica. (...) Resultados: As mulheres foram atendidas na **Unidade Básica de Saúde de Cajamar** pela proximidade geográfica. Evidenciaram condições de vida precários, **percepção da "discriminação" por serem do MST por parte do pessoal de saúde, prática de violência física, além de outras e reduzida condição de adoção de métodos contraceptivos.**”*

Ainda no aspecto da violência simbólica que as famílias dos acampados sofreram foi identificado com conteúdo preconceituoso e inverossímil o panfleto distribuído na cidade de Jundiáí pelo vereador Marcelo Gastaldo (PTB – Jundiáí) com os seguintes dizeres:

“DIGA NÃO PARA A INVASÃO DO MST

Vamos salvar a Serra do Japi

Em fevereiro de 2006, o MST tentou invadir a nossa Serra do Japi.

Seriam 1.000 famílias ou 4.000 pessoas entrando e destruindo o nosso maior patrimônio.

³ “População dos trabalhadores rurais sem terra e o Sistema Único de Saúde: acesso de mulheres aos serviços de pré-natal na atenção básica”.

Os vereadores, o COMDEMA, o conselho gestor da serra, a prefeitura, a promotoria do meio ambiente, a OAB e os jornais de Jundiaí levantaram suas vozes e conseguiram impedir que esse crime acontecesse.

*Agora o INCRA (Órgão do Governo Federal) quer desapropriar uma fazenda (dentro da Serra do Japi) no Município vizinho de Cajamar para assentar os sem terra do MST. Se isso acontecer, as portas para uma invasão em massa estarão abertas (**por onde passa um boi passa uma boiada**).*

As 4 cidades que participam da Serra do Japi, (Jundiaí, Cajamar, Pirapora do Bom Jesus e Cabreúva) estão unidas para defender a nossa Serra do Japi.

Por isso pedimos que assine o manifesto que está percorrendo Jundiaí, para que possamos levá-lo ao Presidente da República, demonstrando que aqui nós temos lei e ordem e ninguém e nem o MST vai tomar a nossa Serra do Japi.

(Assinado por) Vereador Marcelo Gastaldo (PTB)”

Nem é preciso tecer maiores comentários ao panfleto. Já era de se prever que as instituições públicas e parte da sociedade civil, sob a desculpa da defesa do meio ambiente se colocassem contrárias à reivindicação por terras na região.

Em relação à violência física dos despejos, a Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, em relatório de 2004, denunciou:

“SÃO PAULO - Setembro de 2004 - Despejo Violento

Dia 9 de setembro, 200 famílias sem terra foram despejadas pela polícia militar de São Paulo, da Fazenda São Luiz, município de Cajamar. A ação começou por volta das 5 horas da manhã, com o acampamento sitiado pela tropa de choque da PM. As famílias desmontaram os barracos que puderam e foram expulsas da área, deixando para trás suas hortas, barracos e todas as melhorias que haviam feito na área, antes totalmente abandonada. Após as famílias saírem, um trator destruiu as plantações.

O objetivo desses trabalhadores é conseguir a desapropriação da fazenda, que possui 955,9 hectares, sendo que 534 são aptos à agricultura. Hoje, essa fazenda possui apenas enormes plantações de eucalipto. Parte dessas terras encontra-se em Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra do Japi. As APAs são áreas submetidas ao planejamento e à gestão ambiental, com o objetivo de garantir a preservação da vida silvestre, a proteção dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida da população local. No entanto, a monocultura de eucalipto não possibilita a preservação da área”.

Foram cinco (5) o número de despejos sofridos por essas famílias no processo de conquista da terra. Diversos documentos foram feitos contra as famílias e o assentamento na região, tanto por parte de organizações não-governamentais como por parte de órgãos públicos locais. O argumento base contra a permanência dessas famílias no local foi a possível degradação ambiental que a Serra do Japi sofreria com o assentamento daquelas famílias.

Entretanto, esse argumento foi facilmente desmontado pela evidente presença da especulação imobiliária e do plantio e extração de eucaliptos há décadas. E essas atividades nunca foram, até hoje, alvo da preocupação dos ambientalistas. Pelo contrário, foram denunciadas pela ação das famílias assentadas.

As fotos guardadas em arquivo demonstraram e evidenciaram a degradação ambiental e a caça predatória, presentes na área e praticadas pelos madeireiros.

Ficava cada vez mais nítida e acirrada na sociedade local a política de intolerância contra as famílias sem-terra, principalmente quando se lembra que, em 2002, o ex-proprietário da Fazenda São Luiz anunciou sua venda nos jornais, visando realizar um empreendimento imobiliário através da venda de lotes. E, nessa ocasião, nenhuma manifestação contrária ao loteamento de lazer e moradia foi feita por parte dos ambientalistas de plantão.

Em contrapartida, em relação à possibilidade do assentamento de trabalhadores sem terra, foram inúmeros os abaixo-assinados enviados ao presidente da República, notas em jornais, atos públicos, todos realizados contra o Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS, implementado pelo INCRA/SP.

Além da especulação imobiliária abundante na região – que já possui diversos condomínios de alto padrão – presenciava-se também a monocultura e extração de eucaliptos, que conforme é sabido e também denunciado é degradante ao meio-ambiente, escasseia o lençol freático e os mananciais, tornando árida a terra utilizada.

Vale lembrar que essas plantações têm invadido a área de proteção ambiental e muitas vezes têm destruído a vegetação nativa. Essa realidade não se pode ignorar. Mas, a ameaça de uma vizinhança pobre ao lado de terras de especulação imobiliária de alto valor incomodava a elite local.

Por outro lado, também houve algumas opiniões na comunidade local que viram com bons olhos e compreenderam a modernidade do “Projeto de Desenvolvimento Sustentável”, acolhendo como positivo o assentamento planejado das famílias de trabalhadores.

No Jornal dos Bancários de Jundiaí, em julho de 2006, frente à ação de políticos da cidade contra o assentamento e diversas denúncias sem fundamento noticiou-se o seguinte:

“...Além disso, o assentamento não fica em área virgem e descampada, como dizem alguns, mas sim na improdutiva Fazenda São Luiz, que agora está fértil devido ao trabalho daquelas famílias, inclusive com várias melhorias e com diversos tipos de cultura florescendo, como mandioca, milho e girassol. Por último, próximo ao assentamento e muito mais próximo à Serra, existe desmatamento (corte de eucaliptos, principalmente) que não é feito pelos assentados, mas sim por pessoas que não estão sendo denunciadas pela mídia. Ora, se fosse verdade que o MST está na Serra do Japi, estes madeireiros também não estão, pois são áreas vizinhas? Por fim, no caminho do assentamento, e após ele, existe uma estrada bem conservada, ladeada de casas (algumas de alto padrão), chácaras com lagos e campos de futebol e até mesmo templos religiosos. Cumpre observar que, se o que procuramos é a defesa da verdade, então por que se está transmitindo à população de Jundiaí informações tão incorretas e parciais? Se é que há ilegalidade, será que só as famílias assentadas devem ser penalizadas? E as casas e construções próximas, estarão isentas de reprimendas? E os madeireiros?

Vamos ver se, de posse destas informações, alguns que antes disseram tanto, agora usem seus meios de divulgação para desdizê-las, fazendo a opinião pública ter acesso a todas as verdades, e não só às mentiras que alguns querem fazer passar como fatos reais”.

À época, apesar de não noticiado na imprensa, uma (pequena) parte da população dava certo crédito à criação do assentamento. Um abaixo assinado em apoio ao assentamento foi divulgado. Esta trajetória é bem reveladora dos impasses enfrentados pelos assentados na sua luta por permanecer na terra.

A respeito do uso da terra e da especulação imobiliária

Utilizamos a situação do município de Campinas para discutir problemas decorrentes do uso e da ocupação do solo e as conseqüências da especulação imobiliária, as quais criam uma situação de colisão face aos princípios da sustentabilidade do desenvolvimento rural. Há que se esclarecer que tais considerações foram feitas no âmbito do projeto de arrecadação de terras públicas no estado de São

Paulo, especificamente em relação à destinação da Fazenda Remonta, entre os municípios de Campinas e Valinhos, a 90 Km da capital (portanto, na região Grande São Paulo).

A Prefeitura de Campinas apresentou a caracterização da ocupação do seu território descrevendo o contexto geral enfrentado pelos grandes municípios brasileiros que podem, por seu turno, representar potencialidades e desafios específicos a serem considerados na efetivação de uma política de resistência e construção de uma alternativa global.

Considerou aspectos históricos e geográficos da expansão da malha urbana de Campinas, onde sempre houve a convivência com uma estrutura fundiária concentrada e uma agricultura que teve na cana-de-açúcar e no café seus grandes desenvolvimentos, os quais, posteriormente, possibilitaram a industrialização do Município. Foi lembrado que na história de Campinas, houve uma elite agrária e latifundiária que cedo se urbanizou, e que sempre soube reservar áreas rurais no entorno da cidade para o processo de especulação imobiliária derivado da expansão urbana e que atualmente existem sérios reflexos no uso e ocupação totalmente inadequados do território da cidade. Além do mais, no relato enviado pela Prefeitura ao Ministério do Exército foi ressaltado que a desestruturação dos mecanismos de planejamento urbano foi, em muito, causado pelo desmonte das políticas agrícolas dos governos federal e estadual. Alertou-se que antes a situação econômica tinha no Estado o protagonista responsável pela formidável modernização da agricultura brasileira, a qual, a propósito, apresentava seus índices mais expressivos na região de Campinas. Neste sentido, a regulação dos espaços rurais era identificada exclusivamente com seus usos agropecuários.

Sendo assim, foi também ressaltado que a falência dessas políticas nacionais provocou uma ausência de regulação das atividades agropecuárias, as quais ficaram particularmente vulneráveis em situações onde concorrem desigualmente com usos urbanos da terra muitas vezes bem mais compensadores. Usos não-agrícolas do espaço rural passaram a deslocar a produção agropecuária. Assim, muitas áreas exclusivamente de destinação produtora de alimentos passaram a abrigar atividades de moradia, industriais e comerciais, ou estas atividades ligadas à agropecuária passaram a ser complementadas com atividades não-agrícolas, geradoras de maior renda, tais como o lazer e o turismo rural, por exemplo.

Foi constatado aspecto interessante na definição dos usos do território rural ou do espaço rural das cidades: a falta de sua regulação pelo poder municipal, sem poderes de fiscalização efetivos.

É fato conclusivo que esta ocupação de atividades urbanas na zona rural não se faz sem enormes prejuízos ao meio ambiente, especialmente aos recursos florestais, hídricos e pedológicos. Apesar da existência de uma legislação federal de proteção ao meio ambiente, mais restritiva, assim como de órgãos estaduais para a proteção dos recursos naturais, a inexistência de quadros funcionais e de instrumentos de fiscalização e controle governamentais, de ambas as esferas públicas, tem impedido e dificultado a eficácia destas normas legais.

Outra consideração importante foi a constatação de que o INCRA, por sua vez, pouco tem atuado nos espaços rurais dos grandes Municípios e Metrôpoles, onde o preço da terra dificulta a intervenção em áreas ociosas e de uso inadequado, para uma redistribuição fundiária com finalidades sociais, produtivas e de proteção ao meio ambiente.

Além disso, o que se constatou, foi que o vazio de políticas para o campo se aliou ao viés urbano das políticas neoliberais e da especulação imobiliária, que passaram a encarar o rural no entorno das grandes cidades como um grande deserto econômico, pleno de potencialidades para quaisquer usos que a aplicação de capitais financeiros pudesse ser valorizada. A especulação imobiliária, e a expectativa de grandes lucros com empreendimentos “urbanos” localizados na zona rural, tornaram a atividade agropecuária uma simples garantia de reserva de áreas, livres de invasões e produziu uma enorme ociosidade do uso da terra no Município de Campinas.

Por fim, o relato que a Prefeitura de Campinas enviou ao Ministério da Defesa e, posteriormente ao INCRA, junto com o pedido de intervenção destas esferas federais para a arrecadação ou negociação das Terras da *Fazenda Remonta* para a Reforma Agrária no Município, foi acompanhado de dados sobre a Estrutura Fundiária e Produtiva.

UMA SÍNTESE DOS ASSENTAMENTOS DA REGIÃO GRANDE SÃO PAULO

O fato do MST ter grande influência nas lutas pela terra e na constituição dos assentamentos nessa região explica o peso significativo dos cursos de formação política ou de orientação agroecológica, os quais por sua vez vão ter influência na formação de

associações de produção e comercialização e do projeto de uma cooperativa regional. Por outro lado, a origem urbana de parte significativa dos assentados colide com teses equivocadas, em nossa avaliação, sobre a vocação agrícola associada unicamente aos que só tiveram relação direta com a terra.

A vocação agrícola é um dos temas a ser trabalhados com maior cuidado, para que não se crie armadilhas estereotipadas sobre o público ideal da Reforma Agrária, marginalizando um contingente dos demandantes de terra.

A proximidade dos assentamentos aos grandes centros urbanos faz com que a especulação imobiliária ocupe um lugar central na análise de seu desenvolvimento. Destaca-se igualmente a grande quantidade de eucaliptos e os problemas deficitários de sua fiscalização. A situação de Cajamar é bem ilustrativa desse impasse, pois o assentamento não pode ser ampliado em função de uma reserva ambiental que na verdade é ocupada por eucaliptos de propriedade de grandes empresas.

Em termos de diagnóstico, pesa fortemente no desenvolvimento desses assentamentos a infra-estrutura deficitária, especialmente no tocante à água, à falta de escolas e postos de saúde, coleta de lixo e transporte público. Com relação às estradas, de forma geral o INCRA fez projetos com a Codasp, por meio do qual foram abertos os acessos. Porém, faltaram medidas que facilitassem a manutenção e mantivessem a qualidade, por exemplo, jogar cascalho. Em função disso e do excesso de chuvas, a qualidade das estradas é considerada ruim em todos eles.

A luz ainda não chegou ao assentamento de Apiaí. A dificuldade estaria no processo lento e burocrático de outorga⁴, para então entrar o programa Luz para Todos. Por enquanto, a maioria dos assentados tem geradores feitos a partir de motor de motocicletas. Nos demais assentamentos visitados na região da Grande São Paulo existe energia elétrica, principalmente através do Programa Luz Para Todos, geralmente após um período inicial em que ficaram sem. Em Itapetininga, por exemplo, há energia elétrica desde 2010 (o assentamento é de 2008, portanto ficou 2 anos sem).

Por outro lado, Apiaí é o único assentamento que tem água suficiente para produção. O acesso é por meio das minas d'água existentes em abundância e, além disso, não há muita necessidade de irrigação porque é uma região chuvosa. Nos demais a realidade é inversa: o acesso à água é difícil e insuficiente para a produção. Reclama-se muito dos poços artesianos abertos pelo INCRA, que estão lá mas não funcionam

⁴ Como esse assentamento tem muita água a outorga está demorando, porque deve ser feita uma para cada pequeno curso.

(geralmente falta bombeamento e rede de distribuição, no caso de Cajamar por exemplo). São José enfrenta a pior situação em relação ao acesso à água. Em Itapetininga, as famílias têm água para uso doméstico que vem de mina por roda d'água, mas nos lotes em que a água não chega os assentados vão buscar diariamente na mina, alguns a pé. Em geral as famílias têm caixas d'água abastecidas pela chuva para a produção.

Pode-se dizer que essa situação varia muito, mesmo no interior de um mesmo assentamento, pois as famílias que possuem lotes próximos a cursos d'água a situação muda bastante daquelas mais distantes. Assim, num mesmo assentamento nota-se a diferença da produção daqueles que estão próximos de rios ou açudes (e que puxam água para seus lotes através de bombas), cuja produção é abundante e diversificada. Outra fonte essencial tanto para abastecimento doméstico como para produção se dá por meio dos poços cacimba, embora nesse caso não haja água suficiente para a produção durante o ano todo.

Em suma, há uma diversificação alta sobre a fonte e o uso das águas, que podem vir de córregos, nascentes e poços, e possibilitam servir para irrigar lavoura, consumo animal e uso doméstico. Cada assentado obtém uma maneira de melhor utilizar o recurso, conforme a disponibilidade de água em seu assentamento; apoios, e contribuições de órgãos públicos e organizações não governamentais; e a união presente entre as famílias assentadas.

Com relação à coleta de lixo, no caso desta região houve casos onde o caminhão passa apenas na entrada do assentamento três vezes por semana para fazer a coleta, em outros casos há caçambas em pontos estratégicos para coleta, ou nos melhores dos casos transita pelas ruas principais.

Dessa maneira é compreensível que a grande maioria (63%) junta e vende alguns itens de maior valor, leva em pontos de coletas no assentamento ou fora destes. A queimada é ainda muito praticada no meio rural e, por vezes, tem conseqüências graves para áreas imperativas ao desenvolvimento de assentamento como matas nativas e cultivos agrícolas circunvizinhos dos lotes que utilizam desta prática. O processo de enterrar é muito comum e surge do conceito de retirar as fontes de miasmas (locais onde por forma espontânea ou não matérias tornam fontes de criação de doenças) da vista e do acesso de vetores de doenças.

Dos assentamentos pesquisados, nenhum tem escola ou posto de saúde. O atendimento se dá nos municípios. São poucos assentamentos atendidos por transporte

coletivo e, quando há, não atendem a totalidade do assentamento e há muitas limitações de horário. Outra opção é utilizar o transporte escolar (geralmente o transporte é gratuito apenas para os alunos, outros passageiros pagam a passagem como se fosse o serviço de uma empresa). O transporte escolar é considerado bom pela maioria, no entanto há relatos de crianças que caminham 3 quilômetros por dia para chegar até as vias principais do assentamento, onde o ônibus passa. Já o serviço de ambulância é considerado ineficiente, pois os assentados relatam depender da solidariedade de quem tem automóvel para as emergências.

Com relação à moradia, a maioria das famílias acessou crédito, o que ajudou na aquisição coletiva de material. O crédito deu pra fazer o básico da casa e depois eles puderam acessar um complemento ou investir recurso próprio (este mais comum, com um valor superior ao do crédito). Em média, os créditos acessados através do INCRA tiveram um valor de R\$ 7 mil e agora passou a ser de R\$ 15 mil, ou seja, as famílias que receberam R\$ 7 mil agora têm a perspectiva de acessar mais R\$ 8 mil. Reclamam de que este dinheiro está parado no INCRA. Foi comum encontrar práticas como o mutirão para a construção das casas, mas também o uso da mão-de-obra familiar associada à contratação de pedreiros do próprio assentamento.

Entrave para o desenvolvimento é o tamanho da área. As 32 famílias de Cajamar estão em lotes de 5000m², ou seja, 0.5 ha, sendo que a área dos lotes deveria ser de aproximadamente 7 ha para produção e construção das casas. Isso acontece devido a uma ação civil pública do Ministério Público que fala para os assentados recuar 20 alqueires que seria uma área tombada. O caso está em processo jurídico para fazer a licença ambiental do local.

A área tombada tem uma parte de pasto e outra de eucalipto o que não poderia ser considerada área tombada. Outro fator é que no plano diretor da cidade de Cajamar consta que esta área é zona de interesse ambiental e no plano gestor da cidade o assentamento é reconhecido como área urbana. Cajamar faz parte de uma área ambiental que é a Serra do Japi, este processo ocorre desde 2006.

Um dos principais fatores que dificultam a produção no assentamento é a falta de água. Dependendo da localização dos lotes, alguns têm acesso à água e outros não. Nos que têm acesso, os quintais são bem diversificados, além da criação de pequenos animais, destaca-se o plantio de hortas, árvores frutíferas e mandioca. Houve um projeto de construção da casa de farinha e de capacitação para o beneficiamento da mandioca foi financiado pelo Centro de Educação, Estudos e Pesquisas (CEEP). Porém o

tritador foi comprado errado o que dificultou o término do projeto para colocá-lo em funcionamento.

Outro projeto que este assentamento teve foi o desenvolvimento coletivo de uma horta mandala, através de financiamento da CARE do Brasil foi feita a implantação de uma horta em formato circular, com um tanque central de armazenamento de água, para irrigação e criação de pequenos animais. Inicialmente, 17 das 32 famílias participaram do projeto, que só iniciou a produção de hortaliças quando foi inserido no programa de doação simultânea da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Porém hoje a horta se encontra parada, praticamente abandonada, principalmente porque a bomba da caixa d'água está quebrada, sendo assim eles não tem água para irrigar e tocar a horta.

Em Apiaí, entre 5 e 6 famílias participaram do projeto Frango Feliz, da Esalq/USP, para produção de frango. Embora o projeto não tenha tido continuidade, essas famílias receberam matrizes que vem sendo cruzadas com outras espécies mais caipiras.

Notou-se em todos os assentamentos a importância da combinação de várias fontes de renda para composição do orçamento familiar, cujas principais são: atividades agrícolas e não-agrícolas no interior dos lotes e dos assentamentos, assalariamento externo, aposentadorias e outros benefícios sociais (como o Bolsa Família). Uma estimativa de renda dependerá das possíveis combinações, além de que devem ser observadas as dinâmicas familiares e a não linearidade, por exemplo: filhos que ficam ou saem do lote dos pais, que estão ora assalariados ora não, assalariamento temporário e ocasional, interrupção de benefícios, abertura e fechamento de canais de comercialização, ciclos agrícolas (condições climáticas, boas e más safras, valor da produção no mercado), dentre outros vários fatores.

Igualmente importantes, no quesito renda, são as produções destinadas ao autoconsumo direto e ao autoconsumo intermediário⁵, os arranjos entre as famílias (trocas de alimentos e de serviços, mutirões, venda em consignação etc.) e as relações de solidariedade (doações de alimentos, sementes e mudas etc.), pois são aspectos que ajudam para que se crie uma identidade camponesa nos assentamentos, para que se tenha melhor qualidade de vida (segurança alimentar, por exemplo) e para que se evitem

⁵ Exemplos do autoconsumo intermediário são plantações de capins para alimentação do gado, cujo leite é consumido pela família; uso de recursos do próprio lote que diminuem os custos produtivos, como o aproveitamento do esterco na adubação do roçado.

gastos monetários. As produções de autoconsumo diminuem o valor que seria gasto nos supermercados. A maioria dos assentados aponta para um custo mensal em supermercados de até 1 salário mínimo para uma família de quatro pessoas (86% dos casos), em itens como limpeza, higiene pessoal e alimentação.

Em todos assentamentos da região pudemos verificar um rol diversificado de opções destinadas ao autoconsumo: horticultura, abóbora, mandioca e outras tuberosas, milho, feijão, gado leiteiro, pequenas criações (suínos e galinha caipira), fruticultura (citrus, banana, goiaba etc). Feijão e milho com alta variedade genética.

Vários assentados relatam que a horticultura é o forte da região e deve ser priorizada nos assentamentos. De todos assentados entrevistados, apenas um respondeu que seriam horticultura e pecuária juntas, outros três assentados acham que a horticultura junto com a fruticultura seria o ideal. Apenas três apostaram na fruticultura, sem considerar a horticultura como prioridade. Outra resposta freqüente se refere a existir mais agroindústrias (farinheira, laticínio, padaria, cachaçaria) e o turismo rural.

Os que trabalham com horticultura disseram que é bom quando vem um caminhão, da prefeitura ou, no pior dos casos, de algum atravessador buscar. Outra resposta foi que a atividade garante uma renda sazonal. A fruticultura também é valorizada pelos assentados desta região. Foram citados, inclusive, casos em que os assentados gostariam de apostar em frutas com maior valor de mercado, como o maracujá, a lichia e a ponkan. Os assentados de Apiaí citaram que comercialmente é interessante naquela região o plantio de frutas com alto valor de mercado como caqui, figo e pêsego. Eles reivindicam que isso seja incentivado com projetos técnicos para acessar o Pronaf, o que ainda não acontece.

Nos assentamentos cujos lotes são menores (Cajamar e Americana), aos poucos, são implantadas criações de galinhas, coelhos, peru e pato, e que passam a representar grande relevância nas estratégias das famílias.

Em Apiaí existe uma beneficiadora de grãos e um entreposto municipal de mel, cujos assentados levam sua produção ou isso é feito por um atravessador. Há vários atravessadores que vão ao assentamento e levam as produções. Outra forma de levar os produtos aos mercados locais é com o próprio caminhão da associação de moradores (chama-se Ecovale, voltada à comercialização da produção dos assentados para o PAA, Conab, feiras, mercados de bairro, para gerenciamento do uso do trator e do caminhão, dentre outras atividades). Outra forma importante de comercialização é a venda direta, ou seja, Cajamar fica próximo a grandes condomínios e obrigatoriamente as pessoas

precisam passar pela estrada que corta o assentamento, daí a estratégia de colocar diversas placas de anúncio de venda de galinha caipira, porco caipira, hortaliças etc., na entrada dos lotes, ficando visível para quem passa.

No entanto, o PAA é a forma de comercialização que dá mais garantia de renda. Além de ser mais lucrativo, tem retorno mais rápido e seguro do que outras formas, como o atravessador (conhecido por dar calotes nos produtores). Embora existam casos de em que o PAA tem valor menor que outras formas de comercialização, como a venda direta em feiras e entregas no comércio de varejo, mas acaba compensando porque a prefeitura vem buscar. Outro atrativo do PAA é que em muitas prefeituras se paga melhor por produtos orgânicos, como vimos acontecer em Apiaí. Então, neste caso, é melhor do que vender em feiras ou comércio varejista. No entanto, o programa também sofreu algumas descontinuidades nesse município, quando houve mudança da gestão da associação dos assentados. Atualmente a situação voltou ao normal.

A percepção dos assentados em relação ao PAA é que alavancou a agricultura familiar em geral. Com relação à merenda escolar, há perspectivas de inserção, mas ainda não acontece. Existe pressão do movimento para a prefeitura comprar, pois ainda não há uma vontade política explícita, com exceção da prefeitura de Biritiba Mirim.

A venda para o PAA por meio de cooperativa ou a associação facilita para que o agricultor não precise sair do lote para fazer a comercialização. A maioria acha que para o PAA o ideal é entregar junto com a associação/cooperativa. A existência de cooperativas, no entanto, não é unanimidade, pois alguns assentados dizem que preferem qualquer alternativa produtiva que não necessite ser via cooperativa. Existem experiências bem sucedidas a partir da sociedade entre 3 pessoas ou de pequenos grupos informais, por exemplo, para trabalhar com abelhas, com a própria horticultura, com gado leiteiro e derivados etc.

A grande maioria dos assentados disse que participa de associação ou cooperativa para organização da comercialização, principalmente para se inserir no mercado institucional. Mas, também, há casos em que a associação ou a cooperativa atuam na organização da produção propriamente.

Sobre as agroindústrias, é bem significativo quando o assentamento possui uma farinha industrial, pois cria a expectativa de melhorar o trabalho para destinar a produção no interior do assentamento. No entanto, há casos de farinhas que estão paradas porque existem pendências burocráticas ou técnicas a serem resolvidas, como em Cajamar. Por outro lado, na perspectiva da agroindustrialização, destaca-se bastante

o trabalho das mulheres que fazem pão, que conseguem atingir uma renda média de R\$700. Por meio de convênio com a FEPAF, na época do trabalho de campo estava em fase final a construção de uma cozinha comunitária para pão, doce, salgados em Apiaí. Destaca-se bastante também outras iniciativas de grupos de mulheres que produzem queijos e derivados e artesanatos. As agroindústrias seriam importantes mesmo que sem selos ou associações, por se tratar de atividade que se realiza facilmente em grupo, agrega valor à produção agropecuária e disponibiliza um produto diferenciado para o mercado interno do assentamento.

No assentamento de Apiaí, existem pequenos grupos que trabalham na transformação de leite em queijo, manteiga, doce, doce de abóbora. Os grupos são informais e geralmente as mulheres beneficiam o que os homens produzem na roça. Tem um grupo de 35 mulheres que está acessando o Apoio Mulher, sendo que 31 delas quer adquirir gado leiteiro, 2 querem para atividades de artesanato e 2 querem para fruticultura. Esta é a forma de bem aproveitar o recurso, criticado pelo baixo valor e parcelamento (R\$ 800,00 por ano em três parcelas).

Em uma das ilhas⁶ (que possui 8 famílias) do assentamento de Apiaí estão construindo uma cozinha industrial e outra cozinha está sendo feita em parceria com a Fepaf, mas esta para o assentamento todo. Neste assentamento existe ainda a intenção de explorar o turismo rural, aproveitando seu potencial ecológico. A idéia envolveria as coisas da comunidade, por exemplo, o artesanato: existem poucos, mas bons artesões que fazem móveis de bambu, que são comercializados na beira da estrada e também são comercializados para pousadas da região que fazem a compra no local.

Em Itapetininga ocorre algo semelhante em torno do Apoio Mulher: há grupos de mulheres que já estão trabalhando com fruticultura diversificada e gado leiteiro. O projeto do leite está sendo feito em conjunto com a prefeitura e o programa Luz para Todos, em torno de 6 famílias participam e comercializam o queijo fresco e mussarela no PAA. O grupo não é constituído enquanto associação.

Uma reivindicação desses grupos de mulheres se dá pela existência de DAP específica para as mulheres e outra para os jovens, como forma de reconhecimento do trabalho no lote, a comprovação para aposentadoria e aumento do volume de comercialização via PAA. A grande maioria dos entrevistados não tem conhecimento de nenhuma política para mulher. Dos que conhecem, citaram apenas créditos voltados

⁶ Neste PDS, o termo ilhas equivale ao que é mais comumente chamado núcleo ou setor do assentamento.

para mulheres: Apoio Mulher, criticado por ser valor baixo e parcelado; e Pronaf Mulher, que pouquíssimas vezes é acessado. O quadro se repete com relação a políticas direcionadas aos idosos ou jovens: a maioria declarou não haver políticas voltadas para idosos ou jovens. Dos que citaram alguma, foram: atividades esportivas (futebol, hidroginástica, etc.) e o Pronaf Jovem, igualmente pouco acessado.

Neste sentido, a principal sugestão é para que haja incentivo para os filhos dos assentados investirem em projetos que lhes garantam renda própria. Alternativas como trabalhar no próprio lote da família, mas com alguma autonomia. Ou trabalhar em cooperativas e associações no assentamento, tanto na parte de produção, agroindustrialização, gestão das organizações etc. Outras sugestões se voltam mais à educação, à cultura e ao lazer, visando tornar o assentamento mais atrativo para os jovens: cursos de formação (escolas e investimento em educação), telecentro (e um professor para ensinar), palestras de conscientização sobre drogas e educação sexual (prevenção de gravidez e doenças sexualmente transmissíveis).

Outra opção é estudar fora, ir para cursos do movimento, que os filhos consigam estudar na faculdade e que continuem ou voltem para trabalhar e viver no assentamento. De forma geral os assentados querem que seus filhos fiquem por perto, se possível no lote deles, mas se os filhos querem ir para a cidade para estudar ou trabalhar, eles os respeitam. Poucos disseram que acham melhor o filho ter uma profissão fora do assentamento.

Por outro lado, os entrevistados demandam maior acesso à água, infra-estrutura, créditos, parcerias com outras instituições para execução de projetos em prol da geração de renda e trabalho, capacitação em práticas conservacionistas, processo de produção em agroindústrias, melhor assistência técnica, maior fiscalização porque muita gente não tem perfil de agricultor, maior vontade política das prefeituras.

Para os técnicos do INCRA existe dificuldade para que os assentados acatem orientações e mudanças no jeito de trabalhar, o que causa um certo choque entre o querer das famílias e os projetos técnicos para o assentamento. Existe igualmente uma divergência entre o que o banco financia com o que o assentado quer. Para os assentados, falta assistência de campo para os problemas que a lavoura apresenta, principalmente porque nos PDS's não se pode usar insumos químicos e faltam orientações para uso de outros insumos alternativos. Os técnicos são muito presos à burocracia (diga-se, a burocracia para liberação de créditos e outros serviços públicos, que exigem preparação de papelada e relatórios que tiram os técnicos de campo). Então

os assentados gostariam que houvesse técnicos especializados em liberação de créditos e outros para acompanhamento técnico e que conhecessem melhor a aptidão agrícola da região, as possibilidades de mercado e o querer das famílias assentadas.

Existem várias iniciativas de transição agroecológica e produção orgânica nos assentamentos. No assentamento Ipanema existe, inclusive, um grupo de processo de certificação da produção agroecológica. O coordenador explicitou dificuldades limitantes relativas ao recurso das famílias e também a pouca oportunidade de escoamento da produção ecológica. A alternativa, ou experimentação da produção sem uso de agroquímicos verifica-se nas hortas.

O universo amostral de 21 entrevistados se deparou com uma maioria que não aplica agrotóxicos, cerca de 52% dos assentados nunca aplicam agrotóxicos. Dentre os que utilizam esse insumo há dois tipos de aplicadores que só utilizam uma categoria de agrotóxico, cada um com 10% da representação, herbicida aplicado no mato e inseticida contra pragas. Há um assentado que aplica as duas formulações contra os alvos, desses 5% usam inseticida e herbicida, e a maior parte trata-se daqueles assentados em assentamentos tipo PDS (Americana, Cajamar e Apiaí) que conforme o supracitado não aplicam agrotóxicos. Apenas três assentados disseram que aplicam repetidamente herbicida e inseticida. Os demais aplicam ocasionalmente um ou outro agrotóxico, quando há necessidade.

Os principais problemas enfrentados são os que dizem respeito à recuperação das áreas que, antes da entrada das famílias eram muito degradadas e, também, a relação com os órgãos responsáveis pelas questões ambientais. Enfim, pode ser avaliado através da quantidade de licenciamento ambiental emitidos aos assentamentos pelo órgão competente.

A dificuldade enfrentada em regularizar os assentamentos, licenciamento ambiental, outorgas, averbamentos de RL, APP se apresenta pela morosidade burocrática ou então, pelo preconceito social (travestido em burocracia) dos órgãos responsáveis para com os assentamentos de reforma agrária, como foi relatado em diversas entrevistas por atores de cada assentamento.

Em suma, existem diversos problemas ambientais muitos dos quais por falta de orientação atualizada aos assentados, e outros tantos pela dificuldade ocasionada pelos próprios órgãos ambientais responsáveis por acordar e estabelecer regras para conduzir os recursos naturais e bem aproveitá-las como está previsto nas legislações competentes.

Tais considerações nos levam a afirmar a prioridade de inserção da questão ambiental na agenda das políticas públicas.